

## **XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA**

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

*Campus Itapetininga*

### **A ATUAÇÃO FEMININA NOS CONFLITOS HÍDRICOS NO BRASIL: LIDERANÇAS INDÍGENAS E PESCADORAS EM FOCO**

Heitor Gregório do Nascimento – PIBIC/EM<sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bruna Angela Branchi - PUC-Campinas<sup>2</sup>

#### **Introdução**

Historicamente, às mulheres foram atribuídas as esferas do cuidado e da reprodução social: o trabalho doméstico, a gestão da casa, o cuidado com os filhos e, em muitas sociedades, a responsabilidade pelo abastecimento de água para a família. Essa divisão sexual do trabalho, longe de ser natural, é uma construção social que hierarquiza espaços e funções, atribuindo aos homens o espaço público e produtivo e às mulheres o espaço privado e reprodutivo (Kergoat, 2009). No entanto, quando o ambiente adocece, quando rios são contaminados, nascentes secam ou territórios são invadidos por megaprojetos, são as mulheres quem primeiro sentem os impactos em seu cotidiano. É também a partir dessas esferas tradicionalmente desvalorizadas que emerge grande parte da resistência organizada contra a degradação ambiental. Essa contradição entre a centralidade da atuação feminina na defesa da água e a invisibilidade social desse protagonismo é o ponto de partida desta pesquisa. As mulheres indígenas e as mulheres pescadoras artesanais, guardiãs de rios, mangues e territórios ancestrais, têm liderado protestos, participado em comitês de bacia, denunciado desastres ambientais e reivindicado direitos básicos como água potável e saneamento. No entanto, seu trabalho produtivo (na pesca artesanal) é frequentemente tratado como "ajuda" e não como profissão, e sua liderança nos conflitos ambientais raramente é reconhecida em políticas públicas ou na literatura acadêmica (Martínez; Hellebrandt, 2019). O Brasil detém cerca de 12% das águas superficiais do planeta (BRASIL, [s.d.]), mas o acesso a esse recurso é profundamente desigual. O extrativismo mineral, o garimpo ilegal, a expansão do agronegócio e a urbanização desordenada contaminam rios e aquíferos com metais pesados, pesticidas e esgotos não tratados (Acselrad, 2004; Porto-Gonçalves, 2012). Sob a perspectiva dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento, a água é reconhecida como um direito fundamental (UN, 2010; Heller, 2022). No entanto, a pesquisa empírica mostra que esse direito é sistematicamente violado para populações tradicionais, e que as mulheres são duplamente penalizadas: pela falta de acesso à água de qualidade e pela invisibilidade de sua luta para garanti-lo. Diante desse cenário, a presente pesquisa, desenvolvida durante a Iniciação Científica do Ensino Médio, buscou aprofundar o conhecimento sobre os comportamentos de resistência de mulheres indígenas e pescadoras artesanais aos impactos socioambientais. O recorte analítico privilegia dois grupos específicos, as mulheres indígenas e as mulheres pescadoras artesanais, e se organiza em torno de casos concretos documentados em diferentes regiões do Brasil.

<sup>1</sup>Estudante de ensino médio do Colégio Pio XII – Campinas/SP. E-mail: [m.antonio.n@gmail.com](mailto:m.antonio.n@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Economia Política, professora PUC-Campinas – Campinas/SP. E-mail: [bruna.branchi@puc-campinas.edu.br](mailto:bruna.branchi@puc-campinas.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5312-286X>.

## **XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA**

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

*Câmpus Itapetininga*

### **Objetivos**

Analisar o papel das mulheres brasileiras na liderança de conflitos ambientais atrelados à água. Objetivos específicos: (i) identificar e descrever diferentes tipologias de conflitos hídricos envolvendo mulheres indígenas e pescadoras artesanais; (ii) documentar casos concretos de lideranças femininas nesses conflitos; (iii) analisar as estratégias de resistência adotadas por essas mulheres.

### **Metodologia**

Para o desenvolvimento deste projeto foi realizado um levantamento de casos de conflitos ambientais relacionados à água no Brasil a partir da consulta ao Mapa de Conflitos da Fiocruz (2025). Em seguida foram selecionados e analisados os casos de conflitos ambientais destacando o papel das mulheres indígenas e pescadoras, consultando reportagens jornalísticas e artigos científicos visando enriquecer as informações com relatos e atualizações da situação das comunidades selecionadas. Foi elaborado um roteiro de sistematização das informações com nove dimensões (local, problema, atores envolvidos, nome das líderes, motivações, estratégias, desafios, desfecho e fontes), que foi aplicado a cada caso. Os dados foram analisados qualitativamente, buscando padrões de atuação, tipos de conflito e formas de resistência.

### **Resultados**

Os resultados foram organizados em dois blocos: mulheres indígenas e mulheres pescadoras. A escolha desses dois grupos foi orientada por dois motivos: dar visibilidade a dois coletivos que reúnem diferentes invisibilidades ou não reconhecimentos e que compartilham a presença relevante na linha frente de conflitos ambientais relacionados à água. (A) **Mulheres indígenas**. As mulheres indígenas atuam como guardiãs das águas, equilibrando a denúncia dos impactos dos grandes projetos, a articulação política em espaços institucionais e comunitários, e a transmissão de saberes ancestrais que associam a preservação dos rios à própria continuidade de seus povos. Diante de megaprojetos como hidrelétricas e a transposição do Rio São Francisco, povos indígenas e comunidades tradicionais vivenciam graves conflitos socioambientais, marcados pela violação de direitos coletivos e pelo desrespeito à legislação nacional e a convenções internacionais (Mendonça *et al.*, 2013). (A1) Edilene Payayá (Utinga/BA, Rio Paraguaçu) é coordenadora-geral do Movimento Associativo Indígena Payayá (MAIP) e integrante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu. Formada em Economia, com pós-graduação em Educação Ambiental, trabalhou por quase 30 anos na Empresa Baiana de Água e Saneamento (Payayá, s.d.). Essa formação e trajetória profissional evidenciam que Edilene não é apenas uma liderança indígena tradicional, mas também uma profissional técnica com formação específica na área de gestão de recursos hídricos e educação ambiental, o que a qualifica de maneira singular para atuar em comitês de bacia e espaços institucionais de gestão da água. No MAIP, organização focada no reflorestamento e preservação da natureza, Edilene atua há três décadas (Payayá, s.d.), conectando seu trabalho à proteção das nascentes do Rio Utinga (BA), ameaçadas pela expansão da monocultura de banana (PACOVA, 2025). (A2) Pajé Angohó Ha-ha-hãe (Brumadinho/MG, Rio Paraopeba) é uma das líderes da comunidade indígena Naô Xohã, formada por cerca de 200 indígenas Pataxó e Pataxó Ha-ha-hãe, localizada às margens do Rio Paraopeba, em Brumadinho/MG. Após

## XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Câmpus Itapetininga

o rompimento da barragem da Vale em 2019, o rio foi contaminado por rejeitos de mineração, com valores até 21 vezes mais altos de metais pesados como manganês, ferro, alumínio, chumbo e mercúrio. A água tornou-se imprópria para consumo humano, pesca, agricultura e, sobretudo, para os rituais religiosos dos Pataxó, cuja cosmologia está profundamente vinculada à água. Moradores relatam doenças de pele, diarreia, sangramento nasal em crianças e depressão. Angohó liderou o pedido formal ao Ministério Público Federal (agosto de 2019) para realocação temporária da comunidade para um território com acesso a água potável e condições de cultivo de alimento, até que o rio fosse recuperado. Como o rio não voltou ao que era antes, as reivindicações se transformaram, e a situação permanece não resolvida. A Vale paga assistência emergencial mensal, mas a água continua escura, sem peixes e perigosa para as crianças (Mendonça, 2020). (B) **Mulheres pescadoras.** A escolha por estudar as mulheres pescadoras e sua relação com os conflitos ambientais justifica-se, inicialmente, pela invisibilidade histórica de seu trabalho. Como sintetiza Beck (1991 *apud* Martínez; Hellebrandt, 2019, p. 12): "Os trabalhos executados por mulheres na pesca artesanal são permeados pela invisibilidade e são comumente relegados à categoria de ajuda. Quando a mulher faz o trabalho pesado, isto é, do homem, ela não está trabalhando. Ela está ajudando [...]. E, quem ajuda não trabalha." Além disso, essas trabalhadoras enfrentam uma dupla jornada, acumulando as atividades produtivas da pesca, como captura, beneficiamento e comercialização, com as tarefas reprodutivas de cuidado do lar, o que aprofunda sua vulnerabilidade social (Gasalla *et al.*, 2019). Por fim, as mulheres pescadoras estão na linha de frente dos conflitos ambientais na zona costeira, pois sua dependência direta dos ecossistemas aquáticos as torna as primeiras a serem afetadas pela poluição, pela exclusão de áreas de pesca e pela escassez de recursos (Walter *et al.*, 2019). Atualmente, o Brasil conta com cerca de 1,7 milhão de pescadores profissionais ativos e licenciados, dos quais aproximadamente 50% são mulheres (BRASIL, 2023). Nesse caso destacamos dois relatos de mulheres pescadoras cujas vozes sintetizam as demandas das demais. (B1) Ana Paula Santos (Vila São Pedro, litoral de Alagoas) é pesquisadora comunitária e representante da Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais. Ela precisou deixar de ser pescadora devido a uma bactéria contraída em águas contaminadas, que a levou à remoção do útero. Além disso, enfrenta problemas de pele gerados pelo óleo que atingiu o litoral nordestino há mais de sete anos (França, 2025). O caso revela que a contaminação hídrica não afeta apenas a capacidade produtiva das mulheres pesqueiras, mas também sua integridade física e sua própria existência enquanto trabalhadoras do mar e dos rios. A ausência de políticas públicas de saneamento, monitoramento ambiental e atendimento em saúde específico para essas populações aprofunda as vulnerabilidades e configura um quadro de racismo ambiental, no qual corpos negros e territórios periféricos são os mais atingidos. (B2) Rita da Cássia (Rio Grande do Norte) é pescadora artesanal e liderança comunitária. Diante da instalação de parques eólicos em seu território, organizou as mulheres da comunidade para resistir à expulsão, articulando-se com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a rede Mangue Mar e a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Sua mobilização foi tão expressiva que, mesmo com a instalação das torres, houve recuo por parte dos empresários diante da pressão organizada das pescadoras (Silva; Santana, 2024). As mulheres pescadoras artesanais estão na linha de frente dos conflitos ambientais que atravessam seus territórios. Seja diante da especulação imobiliária que avança sobre praias e manguezais, seja diante da instalação de megaprojetos energéticos (eólicas *onshore* e

## XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Câmpus Itapetininga

*offshore*) ou da exploração tradicional de petróleo e salinas, elas resistem, organizam-se e reivindicam o direito de permanecer em seus territórios e de manter seus modos de vida.

### Conclusão

A pesquisa permitiu identificar como a atuação feminina nos conflitos hídricos no Brasil é ampla e diversificada. As mulheres indígenas estudadas atuam tanto na gestão institucional (Edilene Payayá em comitês de bacia), quanto na resistência direta a desastres ambientais (Pajé Angohó em Brumadinho). Por sua vez, as mulheres pescadoras enfrentam um duplo desafio: a contaminação crônica das águas por rejeitos industriais, esgotos e óleo, e a invisibilização histórica de seu trabalho, que só recentemente começou a ser reconhecido em políticas públicas e conferências internacionais. Identificou-se que os conflitos hídricos podem ser agrupados em três tipos principais: (1) conflitos por contaminação de corpos d'água (Brumadinho, Alagoas); (2) conflitos por pressão sobre territórios e modos de vida associados à água (reflorestamento e proteção de nascentes na BA, além da luta por reconhecimento profissional das pescadoras); e (3) conflitos por pressão sobre territórios e modos de vida associados à água (reflorestamento e proteção de nascentes na BA, além da luta por reconhecimento profissional das pescadoras). Em todos eles, a liderança feminina se manifesta de forma concreta: as mulheres organizam protestos, ocupam espaços políticos, produzem conhecimento científico comunitário e denunciam à imprensa e ao Ministério Público.

### Referências

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ACSELRAD, H. (org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura. *Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP)*. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 14 maio 2026.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Recursos hídricos*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/meio-ambiente-e-mudanca-do-clima/recursos-hidricos>. Acesso em: 14 mar. 2026.
- FIOCRUZ. *Mapa de conflitos: Injustiça ambiental e saúde no Brasil*. 2025. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: out. 2025.
- FRANÇA, Raíssa. Pescadoras e marisqueiras adoecem devido à contaminação das águas em estados do Nordeste. *Eufêmea*, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.eufemea.com/2025/04/pescadoras-e-marisqueiras-adoecem-devido-a-contaminacao-das-aguas-em-estados-do-nordeste/>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- GASALLA, M. A. et al. *Mulheres da Pesca: Faces Femininas na Economia Azul*. São Paulo: Instituto Oceanográfico da USP, 2019.
- HELLER, L. *Os direitos humanos à água e ao saneamento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-76.
- MARTÍNEZ, S. A.; HELLEBRANDT, L. (Orgs.). *Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil*. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.

## XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Campus Itapetininga

MENDONÇA, Elisângela. Indígenas lutam por novo lar depois da destruição do rio Paraopeba em Brumadinho. *Mongabay Brasil*, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/01/indigenas-lutam-por-novo-lar-depois-da-destruicao-do-rio-paraopeba-em-brumadinho/>. Acesso em: dez. 2025.

PAYAYÁ, Edilene. Edilene Payayá. *Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas – Katahirine*, [s.d.]. Disponível em: <https://katahirine.org.br/ela/edilene-payaya/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

PACOVA. Guardiãs das Águas: A Luta das Mulheres pela Soberania Hídrica. *Pacova*, 8 mar. 2025. Disponível em: <https://pacova.org/2025/03/08/guardias-das-aguas-a-luta-das-mulheres-pela-soberania-hidrica/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

SILVA, S. M.; SANTANA, L. Mulheres, Pesca Artesanal e Natureza: a divisão sexual do trabalho, os conflitos territoriais e a luta por direitos. In: CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES E PESCADORAS (CPP). *Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2024*. Olinda, PE: CPP, 2024. p. 149-155.

UNITED NATIONS – UN. General Assembly. *Resolution A/RES/64/292* adopted by the General Assembly on 28 July 2010. Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/64/292](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292). Acesso em: jan. 2025.

WALTER, T. *et al.* Conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais na zona costeira. In: MARTÍNEZ, S. A.; HELLEBRANDT, L. (Orgs.). *Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil*. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019. p. 75-110.